

Evidências de Validade de uma Versão Brasileira do Questionário de Fundamentos Morais

Luana Vianez Moreira* , Mariane Lima de Souza, & Valeschka Martins Guerra

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

RESUMO – A moral é um fenômeno humano que envolve sensibilidade e habilidades desenvolvidas pelo indivíduo ao longo de sua vida social. Considerando-se a relevância de mensurar as preocupações morais de indivíduos adultos, buscou-se evidência de validade para uma versão brasileira do Questionário de Fundamentos Morais. Foram realizados dois estudos com uso de análises fatoriais exploratória e confirmatória. No primeiro estudo, 341 adultos (63% mulheres) responderam ao Questionário virtual, traduzido e adaptado para o português brasileiro. Os resultados indicaram uma estrutura bifatorial, e uma redução dos itens. Do segundo estudo participaram 371 adultos (61% mulheres). Os resultados confirmaram a estrutura bifatorial (moral vinculativa e moral individualizante). Conclui-se que o QFM apresenta características psicométricas satisfatórias para uso em pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação psicológica, evidências de validade, cognição social, moral

Validity Evidence of a Brazilian Version of Moral Foundations Questionnaire

ABSTRACT – Morality is a human phenomenon that involves sensitivity and skills developed by the individual throughout his social life. Considering the importance of measuring the moral concerns of adults, this paper sought evidence of validity for a Brazilian version of the Moral Foundations Questionnaire. Two studies were conducted, using exploratory and confirmatory factor analysis. In the first study, 341 adults (63% women) responded to the questionnaire virtual format, translated and adapted to Brazilian Portuguese. The results indicated a two-factor structure, and reduced items. In the second study participated 371 adults (61% women). The results confirmed the two-factor structure (binding morality and individualizing morality). We conclude that the QFM has satisfactory psychometric properties for use in research.

KEYWORDS: psychological assessment, validity evidence, social cognition, moral

A psicologia da moralidade é um campo de estudos em crescimento, que busca compreender como os seres humanos funcionam em contextos morais. Atualmente, as principais abordagens teóricas seguem duas linhagens principais: a tradicional, que teve seu início associado à psicologia do desenvolvimento, a partir de estudos de Jean Piaget sobre conceitos e raciocínio morais, e a sociocultural, que resulta de uma síntese de pesquisas da psicologia social, evolucionária e neurológica, que toma as emoções e as

intuições morais como fenômenos centrais (Haidt, 2014). O foco dessa última tem se concentrado na compreensão dos fundamentos da moral e na busca de suas origens, considerando-se a complexidade e alta sofisticação cerebral humana, que constrói seu conhecimento moral dentro de um contexto sociocultural igualmente complexo.

Nesta perspectiva, Haidt (2007) e Haidt e Joseph (2008) propuseram que os alicerces do funcionamento moral advêm da sensibilidade e das habilidades perceptuais-sociais

* E-mail: luanavianez@hotmail.com

■ Submetido: 14/10/2016; Revisado: 10/08/2017; Aceito: 12/04/2018.

desenvolvidas pelo indivíduo, a partir de um entendimento de que mente e cultura se desenvolvem mutuamente. A moral é vista, então, como essa base intuitiva de sensibilidades e habilidades, elaborada por meio da cultura, podendo ser expandida e refinada ao longo da vida social. Com base nessa concepção, Graham et al. (2011) apresentaram um modelo teórico que mensura as preocupações morais de uma pessoa pelo grau de concordância ou discordância em relação a um conjunto de intuições morais, denominada Teoria dos Fundamentos Morais (TFM). Trata-se de uma abordagem que apresenta uma alternativa em relação à tradicional dicotomia entre aspectos cognitivos e afetivos do julgamento moral, por meio da inserção da dimensão cultural como sendo também uma importante moduladora de avaliações intuitivas (Haidt & Graham, 2007). Ao invés de um simples aprendizado de regras (conteúdo moral), a moral passa a ser entendida a partir de sua função, em que as instituições e tecnologias de cada povo, formadas a partir de especificidades históricas e culturais, restringem e habilitam as maneiras como as pessoas interagem entre si (Graham et al., 2011).

Nesse sentido, os sistemas morais são vistos na qualidade de uma cognição social que emerge a partir da interação de muitas pessoas. “Sistemas morais são conjuntos interligados de valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições, tecnologias e evoluídos mecanismos psicológicos que trabalham juntos para suprimir ou regular egoísmo e tornar a vida social possível” (Haidt & Kessebir, 2010, p. 800).

Desta forma, é possível afirmar que a TFM se baseia em uma perspectiva sócio-intuicionista da moralidade que entende as preocupações e julgamentos morais como sendo intuições moduladas e definidas pelo contexto social e cultural. Ou seja, para a abordagem sócio-intuicionista (Haidt, 2001), o julgamento moral resulta de avaliações rápidas e automáticas que podem (ou não) ser sucedidas pela razão. Por consequência, embora não desconsidere a importância do raciocínio moral, o realoca como aspecto a ser considerado em um momento posterior ao julgamento moral.

O componente intuitivo da moralidade é definido, por sua vez, como esse julgamento que aparece de forma repentina na consciência, permeado por uma valência afetiva (gosto ou desgosto, bom ou ruim) sem que seja necessário buscar ou ponderar evidências para se chegar a uma conclusão (Haidt, 2001). Trata-se, sobretudo, de um sentimento instantâneo de aprovação ou desaprovação diante de uma situação com conteúdo moral, possivelmente construído no seio da cultura de cada povo. Contudo, de acordo com a abordagem, ao se avaliar uma situação com conteúdo moral,

apesar de respostas intuitivas surgirem de forma repentina na consciência, não significa que as pessoas sejam reféns desse tipo de resposta. Há indicações de que seja possível anulá-la por meio do uso da razão consciente (analisando custos versus benefícios de determinada situação); reenquadrando a situação a partir de um novo ângulo ou de suas consequências; ou conversando com alguém que traga novos argumentos que disparem novas intuições (como resultado de uma interação social) (Haidt, 2001).

Levantamentos realizados nas bases de dados científicos mostram que o estudo empírico do julgamento moral empreendido a partir da perspectiva sócio-intuicionista vem ganhando destaque nas últimas décadas (Cushman, Young, & Hauser, 2006; Graham, Nosek, & Haidt, 2012; Haidt, Koller, & Dias, 1993; Jansson & Dorrepaal, 2015; Moll, Oliveira-Souza, & Zahn, 2008; Shweder, Much, Mahapatra, & Park, 2003; Wheatley & Haidt, 2005; Yilmaz, Harma, Bahçekapili, & Cesur, 2016). Em foco, está a percepção de que o referencial sócio-intuicionista pode contribuir para dar maior visibilidade à função da cultura na estruturação dos mecanismos psíquicos envolvidos no julgamento moral, assim como pode fornecer novos subsídios para a compreensão desse fenômeno humano.

Mesmo estudos que não tomam por base a TFM, têm apresentado evidências que parecem corroborar com o pressuposto intuicionista da moral. Pesquisas sobre a sensibilidade moral sugerem que diante de conflitos morais, um recrutamento automático e implícito de esquemas cognitivos ou conhecimento tácito é acionado, e que esses processos acontecem abaixo da linha da consciência (Rest, Narvaez, Bebeau, & Thoma, 1999). Um outro estudo sobre as bases neurais da cognição moral (Moll, Oliveira-Souza, & Zahn, 2008), por meio de um extensivo exame da literatura científica, levantou uma hipótese muito semelhante à TFM, ao sugerir que motivações morais são formadas por complexos de sentimentos e valores morais, que tem como base o conhecimento moral, sendo este decorrente do conhecimento social abstrato, associado a habilidades nos contextos interpessoais e culturais.

Conclui-se que, embora a investigação sobre os processos que alicerçam a moral humana siga por caminhos teóricos distintos, a proposta da TFM encontra eco em estudos de áreas correlatas. Dessa forma, parece promissora a compreensão do julgamento moral como um processo intuitivo e das questões morais como sendo universais, presentes em todas as culturas, variando apenas a escala de importância que se atribui a elas (Boer & Fischer, 2013; Graham, Meindl, Beall, Johnson, & Zang, 2016; Hofmann, Wineski, Brandt, & Skitka, 2014; Weber & Frederico, 2013).

QUESTIONÁRIO DE FUNDAMENTOS MORAIS

Uma das principais inspirações da TFM foi a investigação cultural da moralidade e das origens do sofrimento humano empreendido por Shweder et al. (2003). Nesse estudo, foram levantados três grandes conjuntos de valores morais associados à ética da autonomia individual (liberdade de escolha, equidade), à ética da comunidade (deveres, hierarquia, interdependência, lealdade, sacrifício) e à ética da divindade (pureza, santidade, limpeza, ordem sagrada), que juntas descreveram as vicissitudes da experiência ética de pessoas da Índia. Outros estudos da cultura ocidental também apontaram que a moral humana envolve preocupações que vão além das preocupações individuais sobre dano e justiça (Douglas, 1966; Rozin, Haidt, & McCauley, 2000).

Em síntese, esses achados sugeriram que os principais blocos construtores da moral humana relacionam-se com a forma como os indivíduos tratam uns aos outros, incluindo a forma como os indivíduos se posicionam na qualidade de membros de um grupo, a fim de tornar a vida em sociedade possível. Partindo desse entendimento, Graham e colaboradores deram início a uma busca por valores morais comuns de diferentes culturas, por meio de uma revisão transdisciplinar na literatura científica, que resultou na seleção e testagem dos fundamentos principais que alicerçam a forma como as culturas narram suas preocupações morais, a saber: dano e justiça (correspondendo à ética da autonomia), autoridade e pertencimento social (relacionados à ética da comunidade) e pureza (correspondendo à ética da divindade). Tais resultados parecem consistentes com outras propostas taxonômicas da psicologia moral, incluindo os trabalhos de Fiske (1992) e Shweder et al. (2003).

Reconhecendo a grande variedade de sistemas morais constituídos em cada sociedade, a TFM partiu de uma definição das principais preocupações morais para iniciarem a elaboração de um questionário (Haidt & Joseph, 2008; Graham et al., 2011). O dano foi definido, então, como aquelas preocupações humanas relacionadas a uma sensibilidade emocional que detecta e cuida de aliviar o sofrimento, e de proteger vulneráveis (por exemplo, “evitar causar danos a outros”). As preocupações com justiça foram relacionadas aos sentimentos que motivam o altruísmo e a reciprocidade social para além das relações familiares, por seu potencial de gerar ganhos para o organismo social e conseqüentemente para o indivíduo (por exemplo, “moralidade é fazer a coisa certa e garantir tratamento justo para todos”). O pertencimento social foi definido enquanto tendência humana de agrupar-se e organizar-se em grupos de acordo com parentesco sanguíneo, semelhanças triviais, religiões e etc. (por exemplo, “moralidade é ter um sistema que protege instituições sociais como família, comunidade e país”). As preocupações morais acerca da autoridade foram associadas à organização hierárquica, abrangendo ainda as emoções e comportamentos relacionados à

autoridade e ao poder, bem como ao respeito às tradições (por exemplo, “questões de direito, independente de desejos e finalidades pessoais”). Finalmente, as preocupações acerca da pureza foram relacionadas a uma rejeição do contágio, da contaminação, da poluição e do profano por meio de sentimentos de nojo e de desgosto, e implicadas em uma ideia do sagrado (por exemplo, “não ter pensamentos sujos”).

Tendo como base o conjunto de preocupações morais levantados nos estudos anteriores, os autores do *Moral Foundations Questionnaire* formularam uma primeira versão que avaliava apenas a relevância das principais preocupações morais para testar diferenças ideológicas entre liberais e conservadores. Com isso, eles foram capazes de organizar uma forma de mensurar e descrever a maneira como pessoas, grupos e culturas diferem em suas preocupações morais (Graham, Haidt, & Nosek, 2009). Posteriormente, dando seguimento ao desenvolvimento do questionário, foi incluída uma sessão com sentenças em forma de julgamentos morais específicos e contextualizados para medir o nível de concordância a cada uma delas. De acordo com os autores, tal variação no formato e no conteúdo dos itens mensura a sensibilidade em relação a preocupações morais e não apenas opiniões sobre questões morais (Graham et al., 2011).

As análises da versão final do questionário foram realizadas em uma amostra de 34.476 adultos, que responderam no questionário online ambas as sessões sobre relevância e julgamento moral. Análises fatoriais exploratórias indicaram, no estudo original (Graham et al., 2011) a existência de dois fatores, tanto no que diz respeito aos itens de relevância como nos itens de julgamento. Cargas fatoriais variaram entre 0,40 e 0,70 no Fator 1 (denominado *binding* [conexão, interdependência], unindo os fatores pertencimento social, autoridade e pureza) e 0,47 a 0,65 no Fator 2 (denominado *individualizing* [individualizante, independente], unindo os fatores dano e justiça) da sessão Relevância. Na sessão julgamento, as cargas fatoriais variaram entre 0,34 e 0,67 no Fator 1 e entre 0,27 e 0,63 no Fator 2. Infelizmente, os autores do estudo original não incluíram informações sobre a porcentagem de variância explicada do modelo.

Os resultados das análises confirmatórias sugeriram um modelo de cinco fatores (dano, justiça, autoridade, pertencimento social e pureza) como sendo mais adequado do que outros modelos com um, dois (preocupações individualizantes correspondendo aos itens de dano e justiça, e preocupações vinculativas correspondendo aos demais itens), três (correspondentes às três éticas – autonomia, comunidade e divindade de Shweder, 2003) ou seis fatores (acrescentando-se a tradição ao lado dos outros cinco fatores descritos anteriormente). Devido à associação entre os fatores observada na análise fatorial

exploratória, os autores do estudo original testaram ainda um modelo hierárquico, com dois fatores de segunda ordem denominados *Individualizing* (incluindo os itens referentes a dano e justiça), e *Binding* (incluindo os itens referentes a pertencimento social, autoridade e pureza). Ao final de exaustivos estudos para ajustar a quantidade de itens, bem como de uma série de correlações com outras escalas, as versões finais são compostas por 30 itens (versão completa) e 20 itens (versão abreviada).

Para o modelo de cinco fatores, foi realizada ainda uma análise de confiabilidade teste-reteste, com índices variando entre 0,69 (pertencimento social) e 0,82 (pureza) após um intervalo médio de 37 dias. Em termos de validade externa, foram observadas correlações significativas de cada fundamento moral proposto com seus respectivos valores na Escala de Valores de Schwartz. Adicionalmente, os autores reportam que mulheres apresentam maiores escores em dano, justiça e pureza, enquanto os homens apresentaram maiores escores em pertencimento social e autoridade (Graham et al, 2011).

O MFQ tem sido, desde então, traduzido para diversas línguas e utilizado para avaliar moralidade em diferentes populações, contextos e objetivos. Estudos recentes demonstram que o MQF pode ser utilizado para atender a variados objetivos, e serve a uma ampla gama de interesses no campo da psicologia moral (Aharoni, Kiehl, & Antonenko, 2011; Boer & Fischer, 2013; Cornwell & Higgins, 2013; Dogruel, Joekel, & Bowman, 2013; Graham, Nosek, & Haidt, 2012; Noser et al., 2015).

Dada a relevância do tema, o objetivo desse trabalho foi buscar evidências de validade para o QMF, respondendo a uma necessidade de disponibilizar instrumentos adequados de avaliação psicológica aos pesquisadores brasileiros (Mansur-Alves, Silva, & Fernandes, 2016; Primi, 2010) voltados à abordagem sócio-intuicionista do fenômeno moral. Para tanto, foram conduzidos dois estudos com foco, respectivamente, (1) na tradução, adaptação e verificação de parâmetros psicométricos do QFM, e (2) na confirmação da estrutura fatorial do QFM traduzido e adaptado para o contexto brasileiro. Os dois estudos são apresentados a seguir, em sequência.

ESTUDO I

Método

Participantes. Participaram do estudo 341 indivíduos adultos (ver Tabela 1), usuários de internet, com maior concentração de participantes nas faixas etárias entre 21 e 28 anos (37%) e entre 28 e 35 anos (26%), sendo 63% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da região sudeste (65,7%). A composição da amostra seguiu dois critérios de exclusão: nacionalidade (estrangeiro) e idade (menor de 18 anos).

Instrumento. Para a realização desse estudo, os participantes responderam a um questionário formado pelos seguintes instrumentos:

Questionário dos Fundamentos Morais (QFM). Traduzido por especialistas a partir do Moral Foundations Questionnaire (Graham et al., 2011). O instrumento é composto por 30 itens que foram divididos em duas partes, contendo 15 itens cada. A primeira parte do instrumento avalia relevância moral (por exemplo, “O quanto considera relevante se a alguém foi ou não negado seus direitos”) por meio de uma escala likert que varia entre 0 (nem um pouco relevante) e 5 (extremamente relevante). A segunda parte do instrumento avalia o julgamento moral acerca de preocupações morais de forma contextualizada (por exemplo, “Ter um espírito de equipe é mais importante do que expressar uma opinião individual”) por meio de uma escala likert que varia entre 0 (discordo intensamente) e 5 (concordo intensamente).

Questões sociodemográficas. Para caracterizar os participantes do estudo foram recolhidas informações sobre idade, sexo e localização geográfica.

Procedimentos.

Tradução e adaptação da escala QFM. A tradução por especialistas (adaptação do 1º passo do método de Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2000) foi composta por três etapas, sempre seguidas da submissão do material à pesquisadora responsável: (1) tradução para o Português (brasileiro) por uma pesquisadora bilíngue; (2) revisão por duas pesquisadoras bilíngues para verificação de equivalência semântica entre a versão original e a traduzida; e (3) análise da versão revisada por duas especialistas independentes, em psicologia moral.

Coleta dos dados. Os participantes foram recrutados da população geral por meio do método de amostragem bola de neve, através de mensagem padronizada enviada aos endereços eletrônicos registrados na lista de contatos da pesquisadora e em redes sociais, disponível online por cerca de 50 dias. O instrumento foi apresentado no formato virtual e preenchido de forma anônima, voluntária, sem remuneração e mediante aceitação do termo de consentimento livre e esclarecido. Aqueles que concordavam seguiam para a primeira página do questionário, enquanto aqueles que discordavam eram levados a uma página de agradecimento pelo interesse na pesquisa. O QFM foi apresentado de forma fixa em três páginas virtuais, contendo, respectivamente, questões sobre relevância moral, julgamentos morais, e

Tabela 1

Características Sociodemográficas de Homens e Mulheres da Amostra do Estudo 1

Variável	Total (n = 341)	Homens (n = 126)	Mulheres (n = 215)
Faixa Etária			
Entre 18 e 20 anos	29 (8,5%)	13 (10,3%)	16 (7,4%)
Entre 21 e 28 anos	120 (35,2%)	43 (34,1%)	77 (35,8%)
Entre 29 e 35 anos	92 (27,0%)	34 (27,0%)	58 (27,0%)
Entre 36 e 42 anos	39 (11,4%)	16 (12,7%)	23 (10,7%)
Entre 43 e 49 anos	31 (9,1%)	7 (5,6%)	24 (11,2%)
Entre 50 e 56 anos	15 (4,4%)	6 (4,8%)	9 (4,2%)
Entre 57 e 62 anos	12 (3,5%)	6 (4,8%)	6 (2,8%)
Entre 63 e 70 anos	3 (0,9%)	1 (0,8%)	2 (0,9%)
Filhos			
Sim	87 (25,5%)	26 (20,6%)	61 (28,4%)
Não	254 (74,5%)	100 (79,4)	154 (71,6%)
Estado civil			
Solteiro	193 (56,6%)	77 (61,1%)	116 (54,0%)
Casado	134 (39,3%)	47 (37,3%)	87 (40,5%)
Divorciado	13 (3,8%)	2 (1,6%)	11 (5,1%)
Viúvo	1 (0,3%)	0 (0,0%)	1 (0,5%)
Crença Religiosa			
Sim	234 (68,6%)	77 (61,1%)	157 (73%)
Não	107 (31,4%)	49 (38,9%)	58 (27,0%)
Religião			
Católico	74 (31,6%)	14 (18,2%)	60 (38,5%)
Evangélico	61 (26,1%)	23 (29,9%)	38 (24,2%)
Espírita	65 (27,8%)	25 (32,5%)	40 (25,5%)
Outra	15 (6,4%)	5 (6,5%)	10 (6,5%)
Não definiu/ não declarou	15 (6,4%)	8 (10,4%)	7 (4,5%)
Sem religião	4 (1,7%)	2 (2,6%)	2 (1,3%)
Escolaridade			
Ensino Fundamental (completo)	2 (0,6%)	2 (1,6%)	0 (0,0%)
Ensino Médio (completo)	76 (22,3%)	33 (43,4%)	43 (20,0%)
Ensino Superior (completo)	147 (43,1%)	55 (16,1%)	92 (42,8%)
Pós-Graduação	116 (34,0%)	36 (28,6%)	80 (37,2%)
Trabalha atualmente			
Sim	201 (58,9%)	78 (61,9%)	123 (57,2%)
Não	140 (41,1%)	48 (38,1%)	92 (42,8%)
Região do Brasil			
Norte	3(0,9%)	1(0,8%)	2(0,9%)
Nordeste	43(12,6%)	19(15,1%)	24(11,2%)
Centro-Oeste	30(8,8%)	14(11,1%)	16(7,4%)
Sudeste	224(65,7%)	79(62,7%)	145(67,4%)
Sul	41(12,0%)	13(10,3%)	28(13,1%)

questões sociodemográficas. Era possível rever aquilo que já havia sido preenchido através do ícone voltar, mas não era possível avançar sem que todos os itens da página estivessem marcados. Ao final do preenchimento era necessário clicar no ícone submeter para que os formulários fossem enviados e computados para o estudo. Antes de sua execução, a pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Protocolo n. 29690314.3.0000.5542)

Análise dos dados. Estatísticas descritivas e as análises fatoriais exploratórias foram realizadas mediante o uso do software SPSS (versão 19). Para avaliação dos resultados das análises fatoriais exploratórias (AFE), foram utilizados os critérios propostos por Damásio (2012). A normalidade da distribuição dos itens na amostra foi testada, de forma a escolher a AFE mais apropriada a ser realizada, além de análises de alfa de Cronbach.

Resultados e Discussão

O conjunto de 30 itens do instrumento foi submetido a análises com o objetivo de adaptar e apresentar evidências de validade do Questionário de Fundamentos Morais para utilização no contexto brasileiro. Tomando como base a mediana empírica ($Mdn = 3,20$), o teste do poder discriminativo dos itens foi utilizado. Após a definição dos grupos-critério inferior e superior, um teste *t* de Student foi utilizado com a pontuação total da escala. Os resultados indicaram que todos os itens foram significativos, sugerindo que estes conseguem distinguir de forma significativa entre participantes que pertencem a cada grupo.

Em seguida, os itens da escala foram submetidos a um teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) para verificar sua distribuição. Da mesma forma que a escala anterior, nenhum item apresentou distribuição normal, sugerindo a utilização de uma Análise dos Eixos Principais (PAF) (Damásio, 2012).

No que diz respeito à fatorabilidade dos dados, testes de adequação da amostra indicaram que os dados são adequados à análise fatorial: Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) = 0,87; Teste de esfericidade de Bartlett = 3983,14, $p < 0,001$. Na PAF com rotação varimax, utilizou-se o critério teórico sugerido que propõe a existência de cinco fatores, propostos pelos autores do instrumento.

Os resultados indicaram que a solução de cinco fatores não é adequada, tendo apresentado *eigenvalues* variando entre 0,64 e 7,06. A solução fatorial apresentou dois fatores com apenas dois itens, e vários itens que apresentam cargas fatoriais superiores a |0,30| em mais de um fator.

Com base no *scree plot* observado nesta primeira e na solução fatorial apresentada, uma análise adicional foi realizada, solicitando dois fatores. Esta análise apresentou uma solução fatorial com índices mais adequados,

explicando, conjuntamente, 32,9% da variância. De acordo com Damásio (2012), não existem valores fixos e confiáveis de porcentagem de variância explicada que possam ser considerados como indicação da qualidade do instrumento testado. Revisão realizada por esse autor informa que, em geral, “soluções fatoriais nas pesquisas em Psicologia explicavam menos de 50% da variância total” (Damásio, 2012, p. 222). Adicionalmente, o valor da variância explicada demonstrou estar inversamente associado ao número de itens e ao tamanho da amostra. Devido a estes resultados, não existem níveis considerados apropriados de variância explicada, para que esta seja aceitável ou não como indicador da qualidade de um instrumento. Em geral, forçar mais fatores de forma a abranger mais variância explicada tende a criar construtos sem significado.

O primeiro fator, denominado de Moral Vinculativa, uniu itens das dimensões teóricas Autoridade (04, 10, 15, 20, 26, 31), Pertencimento Social (03, 25, 30) e Pureza (05, 16, 21, 27, 32). Este fator pode ser interpretado como uma maior importância atribuída a aspectos socialmente normativos e a moral do grupo social ao qual o participante pertence, tendo como característica proporcionar vínculo entre os membros de um dado grupo, sociedade ou cultura (Graham et al., 2011).

O segundo fator, denominado Moral Individualizante, uniu itens das dimensões teóricas Dano (01, 07, 12), Pertencimento social (09, 14), Justiça (02, 08, 13, 18, 24) e um item da dimensão Pureza (11). Este fator pode ser interpretado como uma maior importância atribuída a aspectos relacionados à justiça e à proteção aos direitos do indivíduo e/ou do grupo, funcionando como uma particularidade que diferencia o indivíduo em relação aos demais (Graham et al., 2011).

Embora todos os itens tenham apresentado poder discriminativo, a análise fatorial exploratória revelou que os itens 17 (“A virtude mais crucial é a compaixão pelos que sofrem”), 19 (“Tenho orgulho da história do meu país”), 23 (“Uma das piores coisas que alguém pode fazer é machucar um animal indefeso”), 28 (“Matar um ser humano nunca pode estar certo”) e 29 (“Eu acho moralmente errado que crianças ricas herdem muito dinheiro enquanto crianças pobres não herdem nada”) não conseguiram se agregar aos fatores propostos, e foram excluídos.

Os resultados descritos neste estudo, embora semelhante ao modelo hierárquico previsto pelo estudo original, diferem da estrutura de cinco fatores proposta por Graham et al (2011), visto que no processo de adaptação e análise dos dados, apenas duas dimensões foram mantidas. Portanto, a fim de verificar a validade dessa nova estrutura, realizou-se um segundo estudo, utilizando a análise fatorial confirmatória, descrito a seguir.

Tabela 2
 Solução Fatorial do Questionário de Fundamentos Morais (QFM)

Itens	Carga fatorial	
	Fator 1	Fator 2
16. Alguém agiu ou não de uma forma que seria aprovada por Deus	0,73	0,02
27. Certos atos são errados com base no fato de serem antinaturais	0,71	0,10
05. Alguém violou ou não os padrões de pureza e decência	0,69	0,14
20. Respeito pela autoridade é algo que toda criança precisa aprender	0,68	0,05
10. Alguém está de acordo ou não com as tradições da sociedade	0,65	0,07
32. A castidade é uma virtude importante e valiosa	0,64	0,14
21. As pessoas não deveriam fazer coisas repugnantes, mesmo quando ninguém for prejudicado	0,61	0,07
04. Alguém demonstrou ou não falta de respeito à autoridade	0,59	0,14
03. Se as ações de alguém demonstram ou não amor por seu país	0,55	0,06
26. Homens e mulheres têm papéis diferentes na sociedade	0,55	0,16
31. Se eu fosse um soldado e discordasse de alguma ordem do meu superior, eu obedeceria mesmo assim, pois este é o meu dever	0,53	0,16
15. Se alguma ação causou ou não caos ou desordem	0,51	0,24
25. Devemos ter lealdade para com os membros da família, mesmo quando cometem erros	0,46	0,14
30. Ter um espírito de equipe é mais importante do que expressar uma opinião individual.	0,37	0,08
19. Tenho orgulho da história do meu país	0,29	0,01
28. Matar um ser humano nunca pode estar certo	0,28	0,06
08. Se os atos de alguém foram ou não justos	0,06	0,73
13. Se a alguém foi ou não negado seus direitos	0,18	0,71
12. Se alguém foi ou não cruel	0,05	0,69
14. Se alguém mostrou ou não falta de lealdade	0,20	0,61
09. Alguém cometeu ou não alguma traição contra seu próprio grupo	0,15	0,61
07. Se alguém cuidou ou não de uma pessoa fraca ou vulnerável	0,12	0,57
02. Se algumas pessoas foram ou não tratadas de forma diferente de outras	0,11	0,55
11. Se alguém fez ou não algo repugnante	0,21	0,50
01. Se alguém sofreu ou não emocionalmente	0,06	0,42
24. A justiça é o pré-requisito mais importante de uma sociedade.	0,13	0,42
18. Quando o governo cria leis, o princípio mais importante deveria ser a garantia de que todos sejam tratados com justiça	0,02	0,41
17. A virtude mais crucial é a compaixão pelos que sofrem	0,14	0,28
23. Uma das piores coisas que alguém pode fazer é machucar um animal indefeso	0,02	0,28
29. Eu acho moralmente errado que crianças ricas herdem muito dinheiro enquanto crianças pobres não herdem nada	0,03	0,13
<i>Eigenvalue</i>	6,96	2,90
Variância explicada	23,21%	9,68%
Alfa de Cronbach	0,84	0,89

ESTUDO 2

Método

Participantes. Participaram do estudo 371 indivíduos adultos (ver Tabela 3), usuários de internet, com maior concentração nas faixas etárias entre 21 e 35 anos (62,8%), 61,2% do sexo feminino, de todas as regiões brasileiras, com predomínio da região sudeste (70,9%). A composição das amostras seguiu os mesmos critérios de exclusão: nacionalidade (estrangeiro) e idade (menor de 18 anos).

Instrumento. Foram utilizados os mesmos instrumentos do Estudo 1, a saber, o Questionário dos Fundamentos Morais (QFM) e Questões Sociodemográficas.

Procedimento de coleta dos dados. Foi adotado o mesmo procedimento de coleta realizado no Estudo 1.

Análise dos dados. Estatísticas descritivas e correlações foram realizadas utilizando o software SPSS (versão 19). A análise fatorial confirmatória foi realizada mediante o uso do software AMOS, no qual se considerou a matriz de covariância com o estimador de máxima verossimilhança (ML). Foram utilizados os seguintes indicadores de ajuste do modelo aos dados: a razão qui-quadrado por grau de liberdade (χ^2/gf), que deve apresentar resultados abaixo de 3;

o *goodness-of-fit index* (GFI) e o *comparative fit index* (CFI), que devem apresentar resultados iguais ou acima de 0,90; e o *root mean square error of approximation* (RMSEA), que deve ser igual ou abaixo de 0,08 (Byrne, 2001).

Resultados

De forma a confirmar a estrutura fatorial da medida, o mesmo procedimento de análise confirmatória da escala anterior foi realizado, utilizando a segunda amostra (N = 371). Três modelos foram testados: Modelo 1 – modelo proposto teoricamente, com cinco dimensões; Modelo 2 – modelo bifatorial observado na análise exploratória; e Modelo 3 – modelo unifatorial alternativo. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

De acordo com os resultados observados, o Modelo 1 e o Modelo 3 apresentam índices considerados inadequados de acordo com o padrão esperado. O Modelo 2, bifatorial proposto na análise exploratória, apresentou os índices considerados mais aceitáveis. Tais resultados fornecem indicadores de validade e fidedignidade da medida, sugerindo a adequação de seu uso no contexto brasileiro.

Tabela 3

Características Sociodemográficas de Homens e Mulheres da Amostra do Estudo 2

Variável	Total (n = 371)	Homens (n = 144)	Mulheres (n = 227)
Faixa Etária			
Entre 18 e 20 anos	11 (3,0%)	5 (3,5%)	6 (2,6%)
Entre 21 e 28 anos	135 (36,4%)	50 (37,4%)	85 (37,4%)
Entre 29 e 35 anos	98 (26,4%)	49 (34,0%)	49 (21,6%)
Entre 36 e 42 anos	44 (11,9%)	15 (10,4%)	29 (12,8%)
Entre 43 e 49 anos	42 (11,9%)	13 (9,0%)	29 (12,8%)
Entre 50 e 56 anos	29 (7,8%)	9 (6,3%)	20 (8,8%)
Entre 57 e 62 anos	8 (2,2%)	3 (2,1%)	5 (2,2%)
Entre 63 e 70 anos	4 (1,1%)	0 (0,0%)	4 (1,8%)
Filhos			
Sim	72 (19,4%)	26 (18,1%)	46 (20,3%)
Não	299 (80,6%)	118 (81,9%)	181 (79,7%)
Estado civil			
Solteiro	180 (48,5%)	71 (49,3%)	109 (48,0%)
Casado	163 (43,9%)	66 (45,8%)	97 (42,7%)
Divorciado	26 (7,0%)	7 (4,9%)	19 (8,4%)
Viúvo	2 (0,5%)	0 (0,0%)	2 (0,9%)
Crença Religiosa			
Sim	289 (77,9%)	106 (73,6%)	181 (80,6%)
Não	82 (22,1%)	38 (26,4%)	44 (19,4%)

Tabela 3

Cont.

Variável	Total (n = 371)	Homens (n = 144)	Mulheres (n = 227)
Religião			
Católico	134 (36,1%)	55 (38,2%)	79 (34,8%)
Evangélico	50 (13,5%)	17 (11,8%)	33 (14,5%)
Espírita	70 (18,9%)	25 (17,4%)	45 (19,8%)
Outra	8 (2,2%)	3 (2,1%)	5 (2,2%)
Não definiu/ não declarou	11 (3,0%)	4 (2,8%)	7 (4,5%)
Sem religião	16 (4,3%)	2 (1,4%)	14 (6,2%)
Escolaridade			
Ensino Fundamental (completo)	1 (0,3%)	0 (0,0%)	1 (0,4%)
Ensino Médio (completo)	70 (18,9%)	34 (23,6%)	36 (15,4%)
Ensino Superior (completo)	145 (39,1%)	73 (50,7%)	72 (31,7%)
Pós-Graduação	155 (41,8%)	37 (25,7%)	118 (52,0%)
Trabalha atualmente			
Sim	263 (70,9%)	115 (79,9%)	148 (65,2%)
Não	108 (29,1%)	29 (20,1%)	79 (34,8%)
Região do Brasil			
Norte	5 (1,3%)	1 (0,7%)	4 (1,8%)
Nordeste	31 (8,4%)	16 (11,1%)	15 (6,6%)
Centro-Oeste	26 (7,0%)	16 (11,1%)	10 (4,4%)
Sudeste	263 (70,9%)	91 (63,2%)	172 (75,8%)
Sul	46 (12,4%)	20 (13,9%)	26 (11,4%)

Tabela 4

Análise fatorial confirmatória do Questionário de Fundamentos Morais

Modelos	χ^2	GI	χ^2/gf	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC 95% Mín-Máx)
Modelo 1	1555,71**	395	3,94	0,75	0,70	0,68	0,089 (0,084 – 0,094)
Modelo 2	762,94**	265	2,88	0,85	0,82	0,85	0,071 (0,065 – 0,077)
Modelo 3	1069,33**	265	4,03	0,77	0,72	0,75	0,091 (0,085 – 0,096)

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,0$. Modelo 1 – cinco fatores teóricos originais; Modelo 2 – solução bifatorial observada da AFE; Modelo 3 – solução unifatorial alternativa.

DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo foi buscar evidências de validade do Questionário de Fundamentos Morais para ser utilizado em contexto brasileiro. Neste sentido, optou-se pelo método de tradução por especialistas, considerado mais adequado por permitir apreender as diferenças idiomático-culturais entre o inglês americano e o português brasileiro (Sandoval & Duran, 1998), em lugar do método de tradução reversa.

A estrutura proposta pelos autores do questionário original continha 30 itens divididos em cinco dimensões e duas partes que avaliavam relevância moral e julgamento moral. Contudo, tal estrutura não pode ser observada nas análises fatoriais exploratórias realizadas no Estudo 1, o que

sugeriu a necessidade de um novo estudo que confirmasse os resultados encontrados.

O Estudo 2 confirmou a estrutura encontrada no Estudo 1, indicando um modelo composto por 25 itens divididos em duas partes e dois fatores ou dimensões para o contexto brasileiro. Embora a adaptação brasileira tenha apresentado apenas dois fatores, em comparação aos cinco fatores propostos pelo estudo de validação americano, deve-se destacar que o modelo bifatorial está previsto no estudo original como uma forma hierárquica, estando um nível acima do modelo de cinco fatores (Graham et al., 2011).

Em relação às preocupações morais individualizantes, foram reunidos neste fator os itens relativos às dimensões teóricas de Dano, Justiça, Pertencimento social, e um item da dimensão Pureza. Os itens aparentemente relacionam-se com a ética da autonomia (Shweder et al, 1997), correspondendo ao fator individualizante (*individualizing*) do modelo hierárquico contido no estudo original americano. Esse fator foi interpretado como uma maior importância atribuída a aspectos relacionados à justiça e à proteção aos direitos do indivíduo e/ou do grupo, funcionando como uma característica moral particular do indivíduo em relação aos demais (Graham et al., 2011).

Dois itens que avaliavam relevância no domínio pertencimento social agruparam-se com as preocupações morais individualizantes (“Se alguém mostrou ou não falta de lealdade”; “Se alguém cometeu ou não alguma traição contra seu próprio grupo”), assim como um item da dimensão pureza (“Se alguém fez ou não algo repugnante”), ao invés de agruparem-se com preocupações morais vinculativas. De acordo com esses resultados, no contexto da amostra brasileira, falta de lealdade, traição ao próprio grupo e repugnância de um ato parecem ser interpretados mais num enfoque de dano individual, do que em relação aos efeitos que geram para o grupo. Uma possível explicação é que tais atos, a despeito de sua consequência para o coletivo, sejam significados pela amostra, a partir de sua vivência pessoal de tais situações, em uma lógica na qual o individual e o coletivo não estariam em polos opostos. De fato, de acordo com Escóssia e Kastrup (2005), a oposição indivíduo-sociedade também deve ser considerada segundo uma lógica não dicotômica, para a qual o coletivo seria definido como um plano de coengendramento entre o individual e o social. Por se tratar de um viés inesperado da compreensão da relevância moral em contexto brasileiro, merece ser mais bem explorada em estudos posteriores.

Em relação aos itens que avaliam dano, se faz necessário pontuar algumas outras particularidades. Nesse estudo de evidências de validade, os três itens que avaliam julgamento moral relativo a dano (itens “A virtude mais crucial é a compaixão pelos que sofrem”; “Uma das piores coisas que alguém pode fazer é machucar um animal indefeso”; e “Matar um ser humano nunca pode estar certo”) não se agruparam com nenhum dos fatores. Era esperado que compusessem as preocupações morais individualizantes, mas as respostas não seguiram nenhum padrão. Resultado semelhante ocorreu com o item que avaliava julgamento moral sobre riqueza, inserida na noção de justiça (“Eu acho moralmente errado que crianças ricas herdem muito dinheiro enquanto crianças pobres não herdem nada”). Era esperado que esse item se aglutinasse com os itens do fator de preocupações individualizantes, contudo, ele não se agrupou com qualquer dos dois fatores. Esses achados podem sugerir que, para a amostra brasileira, provocar a morte de um ser humano (que se considerado como um ato que nunca pode ser certo, excluem-se exceções como

a legítima defesa, p.ex.), sentir compaixão pelo sofrimento humano (sem um agente causador explícito), causar dano aos animais indefesos (sem especificar se o animal é doméstico ou parte da cadeia alimentar), e concentrar riqueza (herança para algumas crianças em detrimento de outras), parecem não ter apresentado uniformidade no julgamento moral da amostra estudada. É possível que esse resultado esteja refletindo, por um lado, a formulação generalista (falta de especificidade) do item, e por outro, o fato da amostra não ter apresentado sensibilidade moral em relação tais temas. Acrescenta-se a possibilidade do julgamento moral dos itens ter recrutado o pensamento racional consciente, mais do que a intuição, (Haidt, 2001), ou ainda a possibilidade de não haver uma intuição socialmente modulada sobre os temas, no contexto da cultura brasileira.

Com relação ao fator preocupações morais vinculativas (*binding*), verificou-se a predominância esperada dos itens que avaliam as dimensões teóricas Autoridade, Pertencimento social e Pureza, isto é, as preocupações morais que atribuem uma maior importância a aspectos socialmente normativos e à moral do grupo social ao qual o participante pertence, tendo como característica promover vínculo entre os membros de um dado grupo, sociedade ou cultura (Graham et al., 2011). Esse achado corrobora a proposta teórica de uma ética da comunidade e da divindade (Shweder et al, 1997), para a qual cada pessoa é de alguma forma vinculada às demais, o que agrega e mantém a organização social, bem como o sistema moral que a estrutura (Haidt & Kessebir, 2010).

O item que avalia o julgamento moral referente ao contexto histórico e à nacionalidade, inserido no contexto de pertencimento social (“Tenho orgulho da história do meu país”) foi o único desse fator que não se agrupou com nenhum dos dois fatores. A exclusão desse e dos outros itens citados sugere possivelmente uma especificidade do contexto sociocultural que alicerça o julgamento moral de brasileiros. Vale notar que de acordo como a visão funcionalista dos sistemas morais, é o conjunto dos valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições e tecnologias, juntamente com mecanismos psicológicos, que regulam a vida social, tornando-a possível (Haidt & Kessebir, 2010). Neste sentido, é possível especular que, dada a profusão de acontecimentos recentes e controversos na história do país relacionados à questão da moral, o item pode ter disparado nos participantes, ao invés de uma avaliação intuitiva, uma avaliação racional. Contudo, é importante observar que todos os 15 itens que avaliaram relevância moral apresentaram evidências de validade.

Embora este estudo não tenha encontrado a estrutura proposta pelos autores da escala original, os resultados das análises fatoriais confirmatórias sugerem que, mediante testagem, a estrutura de dois fatores não apresenta diferença significativa da estrutura de cinco fatores. Um estudo recente, que propôs uma adaptação do QFM, comparando-o com uma medida de religiosidade (Silvino et al., 2016), também encontrou uma estrutura bifatorial para

a versão apresentada, o que corrobora com os resultados encontrados neste trabalho. Dessa forma, o modelo de dois fatores é considerado mais apropriado para a amostra brasileira estudada, por não excluir conteúdo teórico, por ter apresentado consistência interna, bem como outros parâmetros psicométricos aceitáveis, além de indicadores de ajuste adequados que atendem aos valores sugeridos pela literatura (Byrne, 2001).

Uma das possíveis limitações dos estudos foi sua realização em contexto virtual. Sugere-se que novas amostras e formas de coleta presenciais sejam utilizadas para testar se a estrutura fatorial observada se confirma. Outro dado a ser considerado acerca da caracterização amostral do estudo é a predominância de participantes da região sudeste, que pode ter resultado em uma avaliação do julgamento moral na perspectiva mais específica de uma

população urbana, com boas condições socioeconômicas e acesso à internet.

De forma geral, contudo, é possível afirmar que as características psicométricas da escala são compatíveis com o estudo original americano. Valores elevados de consistência interna são bastante satisfatórios e indicam a fidedignidade do QFM. A análise fatorial confirmatória sugere que o QFM avalia um construto bidimensional, conforme previsto no modelo hierárquico do estudo americano.

Os resultados obtidos sustentam a validade e fidedignidade do questionário, de forma que este instrumento pode contribuir para o campo de estudos da psicologia moral. Sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas, especialmente no que diz respeito a sua estrutura multidimensional, a fim de aprofundar o trabalho aqui iniciado.

REFERÊNCIAS

- Aharoni, E., Antonenko, O., & Kiehl, K. A. (2011). Disparities in the moral intuitions of criminal offenders: The role of psychopathy. *Journal of Research in Personality, 45*(3), 322-327.
- Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine, 25*(24), 3186-3191.
- Boer, D., & Fischer, R. (2013). How and when do personal values guide our attitudes and sociality? Explaining cross-cultural variability in attitude-value linkages. *Psychological Bulletin, 139*(5), 1113-1147.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Cornwell, J. F., & Higgins, E. T. (2013). Morality and its relation to political ideology: The Role of promotion and prevention concerns. *Personality and Social Psychology Bulletin, 39*(9), 1164-1172.
- Cushman, F., Young, L., & Hauser, M. (2006). The role of conscious reasoning and intuition in moral judgment: Testing three principles of harm. *Psychological Science, 17*, 1082-1089.
- Damáso, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica, 11*(2), 213-228.
- Dogrueel, L., Joeckel, S., & Bowman, N. D. (2013). Elderly people and morality in virtual worlds: A cross-cultural analysis of elderly people's morality in interactive media. *New Media & Society, 15*(2), 276-293.
- Douglas, M. (1966). *Purity and danger*. London, England: Routledge. doi: 10.4324/9780203361832
- Escóssia, L., & Kastrop, V. (2005). O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo, 10*(2), 295-304
- Fiske, A. P. (1992). The four elementary forms of sociality: Framework for a unified theory of social relations. *Psychological Review, 99*, 689-723.
- Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. A. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology, 96*(5), 1029-1046.
- Graham, J., Meindl, P., Beall, E., Johnson, K. M., & Zhang, L. (2016). Cultural differences in moral judgment and behavior, across and within societies. *Current Opinion in Psychology, 8*, 125-130.
- Graham, J., Nosek, B. A., Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S., & Ditto, P. H. (2011). Mapping the moral domain. *Journal of Personality and Social Psychology, 101*, 366-385.
- Graham, J., Nosek, B. A., & Haidt, J. (2012). The moral stereotypes of liberals and conservatives: Exaggeration of differences across the political spectrum. *PLoS one, 7*(12), e50092.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review, 108*, 814-834.
- Haidt, J. (2007). The new synthesis in moral psychology. *Science, 316*, 998-1001.
- Haidt, J., & Graham, J. (2007). When morality opposes justice: Conservatives have moral intuitions that liberals may not recognize. *Social Justice Research, 20*(1), 98-116.
- Haidt, J., & Joseph, C. (2007). The moral mind: How five sets of innate intuitions guide the development of many culture-specific virtues, and perhaps even modules. In P. Carruthers, S. Laurence, & S. Stich (Orgs.), *The Innate Mind, 3* (pp. 367-392). Oxford: Oxford University Press.
- Haidt, J., & Kesebir, S. (2010). Morality. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Orgs.), *Handbook of Social Psychology* (pp.797-832). New Jersey: Wiley.
- Haidt, J., Koller, S. H., & Dias, M. (1993). Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog?. *Journal of Personality and Social Psychology, 65*, 613-28.
- Hofmann, W., Wisneski, D. C., Brandt, M. J., & Skitka, L. J. (2014). Morality in everyday life. *Science, 345*(6202), 1340-1343.
- Jansson, J., & Dorrepaal, E. (2015). Personal norms for dealing with climate change: results from a survey using moral foundations theory. *Sustainable Development, 23*, 381-395. doi: 10.1002/sd.1598.
- Mansur-Alves, M., Silva, R. S., & Fernandes, S. C. D. Á. (2016). Impact of the Psychological Testing Assessment System (SATEPSI) for scientific publications in psychological assessment. *Psico-USF, 21*, 179-188.
- Moll, J., Oliveira-Souza, D., & Zahn, R. (2008). The neural basis of moral cognition. *Annals of the New York Academy of Sciences, 1124*(1), 161-180.
- Noser, A. E., Zeigler-Hill, V., Vrabel, J. K., Besser, A., Ewing, T. D., & Southard, A. C. (2015). Dark and immoral: The links between pathological personality features and moral values. *Personality and Individual Differences, 75*, 30-35.

- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 25-35. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500003>
- Rest, J., Narvaez, D., Bebeau, M., & Thoma, S. (1999). A neo-Kohlbergian approach: The DIT and schema theory. *Educational Psychology Review*, 11(4), 291-324.
- Rozin, P., Haidt, J., & McCauley, C.R. (2000). Disgust. In M. Lewis & J. Haviland (Ed.), *Handbook of emotions* (2^a ed., pp. 637-653). New York, NY: Guilford Press.
- Sandoval, J., & Durán, R. P. (1998). Language. In J. Sandoval, C. L. Frisby, K. F. Geisinger, J. D. Scheuneman, & J. R. Grenier (Orgs.), *Test Interpretation and diversity: Achieving equity in assessment wording* (pp. 181-211). Washington, DC: American Psychological Association.
- Silvino, A. M. D., Pilati, R., Keller, V. N., Silva, E. P., Freitas, A. F. D. P., Silva, J. N., & Lima, M. F. (2016). Adaptation of the Moral Foundations Questionnaire to Brazilian Portuguese. *Psico-USF*, 21(3), 487-495.
- Shweder, R.A., Much, N., Park, L., & Mahapatra, M. M. (1997). The 'Big Three' of Morality (Autonomy, Community, Divinity) and the 'Big Three' Explanations of Suffering. In A. M. Brandt & P. Rozin (Eds.), *Morality and health* (pp. 119-169). Florence, KY, US: Taylor & Frances/Routledge.
- Weber, C. R., & Federico, C. M. (2013). Moral foundations and heterogeneity in ideological preferences. *Political Psychology*, 34(1), 107-126.
- Wheatley, T., & Haidt, J. (2005). Hypnotic disgust makes moral judgments more severe. *Psychological Science*, 16, 780-784.
- Yilmaz, O., Harma, M., Bahçekapili, H. G., & Cesur, S. (2016). Validation of the Moral Foundations Questionnaire in Turkey and its relation to cultural schemas of individualism and collectivism. *Personality and Individual Differences*, 99, 149-154.